

# Mais divergências que consenso. "É normal"

Em uma semana de trabalho, a Assembléia Nacional Constituinte revelou mais divergências do que consensos, uma situação que os parlamentares veteranos e novatos encararam como naturalidade. Experiente, o senador

baiano Luís Viana Filho lembra que foi assim também em 1946, quando ele participou da elaboração de uma das antigas Constituições brasileiras. "Divergências são naturais e desejáveis", ensina.

A novata Benedita da Sil-

va (PT-RJ) também não está assustada: a vida dura na favela ensinou-a a lidar com qualquer situação. E, para surpresa geral, até o ex-ministro Delfim Netto está otimista. Ele acredita que a nova Constituição será melhor do que se espera.

## Delfim: esperança de uma boa Carta

O ex-ministro Delfim Netto estreou com otimismo na Assembléia Nacional Constituinte: segundo ele, a nova Constituição será muito melhor do que as pessoas estão esperando. "Os parlamentares deverão produzir um documento que represente razoavelmente os desejos da sociedade", acredita. Para Delfim, a futura Carta deve ser curta e enxuta; questões específicas como a reforma agrária, redistribuição de renda e remessa de lucros devem ser resolvidas através de leis ordinárias.

Já a reforma tributária, na opinião de Delfim, deve ser incluída na nova Constituição. O deputado acredita que a maioria dos constituintes é favorável às mudanças no sistema de distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios. "A tendência é levar para as comunidades o poder de decidir sobre a sua própria vida. E isso, obviamente, implicará numa redistribuição dos recursos totalmente diferente da que vigora hoje", afirmou.

Para Delfim, portanto, devem ser confiadas novas tarefas aos Estados e Municípios e, claro, verbas suficientes para que elas possam ser executadas. Ao mesmo tempo, o deputado lembra a necessidade de se coibir a criação de despesas sem a receita equivalente. "Devemos ainda ter muito cuidado com a questão da vinculação de recursos. Do contrário, atendendo todas as propostas, vamos chegar a vincular 110% do orçamento", afirmou.

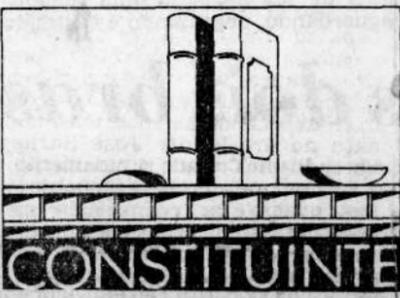
Segundo o deputado, devem ficar fora da futura Carta as questões que dependem da conjuntura do País. "Mas é claro que devemos ter uma lei salarial adequada e justa; é natural que se dê proteção aos trabalhadores; é natural que se use o salário mínimo para proteger certos grupos. Só que tudo isso deve ser coisa prevista em leis ordinárias", insistiu. Se isso não for feito, acredita, o País corre o risco de ver repetido o episódio da reforma agrária: o tema consta da atual Constituição, mas não existe na prática. A solução, na opinião do deputado, é ter leis que possam efetivamente ser cumpridas.

## Afif: veterano nos contatos políticos

Do ministro Marco Maciel ao senador Fernando Henrique Cardoso, passando pelo petista Luís Ignácio Lula da Silva, ninguém escapou do deputado Afif Domingos, do PL, o terceiro mais votado no Estado de São Paulo. Afinal, ele dedicou boa parte da sua primeira semana na Assembléia Nacional Constituinte aos contatos políticos com vários partidos. Circulando pelos corredores do Congresso, ele comportou-se como um verdadeiro veterano: integrou grupos e participou de reuniões, além de ter concedido dezenas de entrevistas.

Já instalado no gabinete que foi de Glória Júnior, ele se queixou da falta de estrutura para o trabalho parlamentar, já com saudades dos tempos da Associação Comercial, onde são "500 e tantas cabeças pensando". Na Câmara, lembrou, o deputado trabalha com uma assessoria de carreira, nem sempre identificada com suas idéias. "A falta de flexibilidade é grande, pois o parlamentar pode contar somente com três auxiliares, uma secretária, um assistente parlamentar e um motorista", lamentou.

De qualquer forma, ele acredita que a primeira semana de trabalho foi estimulante e empolgante. Segundo Afif, alguns problemas de incompreensão no plenário surgiram porque os canais de comunicação na Casa ainda não estão funcionando. E consenso, na sua opinião, é imprescindível para que o País ultrapasse os momentos de crise e dificuldades. Aliás, o deputado acredita que é justamente essa situação de crise que dará o clima exato para um entendimento entre os constituintes.



## Dornelles: mais impostos, nunca

Todos os gastos públicos devem ser autorizados pelo Poder Legislativo. A opinião é de um homem que, nos últimos anos, dedicou-se a cargos vinculados ao Poder Executivo: o ex-ministro Francisco Dornelles, agora ocupando uma cadeira no outro lado do balcão como deputado federal eleito pelo PFL do Rio de Janeiro. E como Delfim Netto, ele prefere uma Constituição enxuta, contendo apenas as linhas gerais de organização do Estado e da ordem econômica e social.

Também como Delfim, Dornelles acha que a redistribuição dos recursos tributários deve ser incluída na nova Carta. Segundo ele, a situação atual de Estados e municípios é tão precária que faltam recursos para execução de tarefas elementares. O deputado sugere a criação de um novo fundo, em que um percentual da receita do Imposto de Renda, por exemplo, seria transferido para o Estado onde reside a pessoa física ou jurídica. O mesmo critério valeria para o IPI. Os Estados ficariam encarregados de redistribuir esses recursos para os municípios, conforme a tese de Dornelles.

Para o ex-ministro, não há a menor possibilidade de se pensar em novos impostos. Ele é contra a tributação da riqueza através de um imposto sobre a herança. "A herança é um patrimônio. É renda acumulada. A renda deve ser tributada no momento em que é ganha. A transferência de patrimônio de uma pessoa para outra não pode ser considerada um fato econômico válido para a incidência de imposto." Dornelles acredita ainda que pessoas com maiores recursos encontrariam maneiras de fugir a essa tributação, como a utilização de títulos ao portador. O imposto, portanto, recairia sobre quem tem menos.

O ex-ministro também considera arriscado incluir na nova Constituição um limite para o pagamento da dívida externa. "Se isso fosse feito, chegaríamos a uma situação em que o País não poderia captar novos empréstimos, porque os patamares das taxas de juros no mercado internacional seriam incompatíveis com a Constituição. O País ficaria sem os recursos", previu.

## Viana, calmo: 'Foi assim em 1946'

Para quem está surpreso com a confusão e os desentendimentos desta primeira semana de Constituinte, o senador Luiz Viana Filho tem um consolo: foi assim também em 1946, quando ele ajudou a escrever uma das liberais Constituições brasileiras. O parlamentar até esperava coisa pior, mas achou o saldo do trabalho positivo. "Só quem não tem experiência se assusta com as primeiras batalhas regimentais e o alvoroço natural dos novos parlamentares", ensinou.

Diferença mesmo o senador baiano só encontra na situação do País. Enquanto em 1946 o clima era de liberação, agora há uma crise econômica profunda que pode ter reflexos políticos e sociais e ter debates entre os constituintes. De qualquer forma, como veterano, Luiz Vianna lembrou que o debate acirrado de idéias conflitantes é normal e desejável. "Se do lado da direita há representantes convictos, como Roberto Campos, na esquerda há José Genoino. E os trabalhos são desenvolvidos com respeito", garantiu, certo de que o comportamento dos seus colegas tem sido correto.

## Benedita: o bom humor no plenário

Se ser mulher na Constituinte já é difícil, muito mais complicada é a posição de Benedita da Silva (PT-RJ), que também é negra. Mas nem a infância humilde com mais 12 irmãos na favela Chapéu Mangueira tirou a esperança dessa deputada de 44 anos, que se destacou esta semana pela habilidade em se expressar e pelo constante bom humor. "É a primeira vez que chega à Câmara uma representação deste nível e eu tenho consciência da minha capacidade de lutar pelo cumprimento e reconhecimento dos direitos sociais", afirmou.

Ela integra o grupo dos novatos, mas não ingênuos. "Apesar de ser o primeiro mandato, já aprendemos muita coisa na própria campanha com os políticos e saberemos identificar e assimilar as propostas que serão discutidas em plenário", garantiu. Na primeira semana de Constituinte, ela não poupou críticas à morosidade dos trabalhos, embora admita que já esperava entraves burocráticos.

Ainda sem gabinete e sem residência em Brasília, Benedita espera poder acomodar na sua nova casa parte da família — tem quatro filhos e nove netos. E não parece preocupada com a responsabilidade de nova função: "Até porque de fome e de miséria se aprende a ser socióloga, antropóloga, economista e daí estar capacitada para exercer qualquer papel". Afinal, seu referencial para o trabalho na Constituinte é a sua condição de primeira mulher negra a entrar no Congresso.